verifique que o cociente da divisão do total das receitas dos pais do candidato, depois de deduzidos 500\$, pelo número de filhos é de 150\$ ou mais.

As circunstâncias permitem, porém, estender as possibilidades dos referidos benefícios a famílias com rendimentos superiores aos limites vigentes, o que em certa medida poderá compensá-las de outras dificuldades de momento.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Poderão beneficiar das bôlsas de estudo e das isenções de propinas os alunos dos liceus quando do processo respectivo se verificar que o cociente da divisão do total das receitas dos pais, depois de deduzidos 700\$, pelo número de filhos não é superior a 200\$.

Art. 2.º Os alunos que por fôrça do disposto neste decreto-lei ficam com o direito, que lhes não era reconhecido pela legislação anterior, de ser admitidos aos benefícios das bôlsas de estudo e isenções de propinas poderão requerer para o corrente ano lectivo êsses benefícios dentro de quinze dias a contar da entrada em vigor do presente diploma.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Novembro de 1944. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Américo Deus Rodrigues Tomaz* — *Augusto Cancela de Abreu* — *Marcelo José das Neves Alves Caetano* — *José Caeiro da Mata* — *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 34:119

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Educação Nacional, um crédito especial da quantia de 720\$, destinado a despesas de deslocação, subsídios de viagem e de marcha, devendo a mesma importância ser adicionada à verba inscrita no n.º 2) do artigo 839.º do capítulo 6.º do orçamento do segundo dos mencionados Ministérios para o ano económico corrente em relação à Direcção do Distrito Escolar de Leiria.

Art. 2.º É anulada a importância de 720\$ no n.º 3) do artigo 843.º do capítulo 6.º do mencionado orçamento em relação à referida Direcção Escolar.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Novembro de 1944. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Américo Deus Rodrigues Tomaz* —

Augusto Cancela de Abreu — *Marcelo José das Neves Alves Caetano* — *José Caeiro da Mata* — *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 10:772

A semente de pinheiro bravo, cuja escassez provocou a publicação da portaria n.º 10:741, de 7 de Setembro do corrente ano, é indispensável para a reconstituição dos pinhais e alargamento da sua superfície.

Verifica-se actualmente a prática, injustificável, da colheita de pinhas para obtenção de penisco antes da sua maturação, de onde, portanto, só se pode obter semente sem valor germinativo.

Urge fazer cessar imediatamente tal procedimento, de que resultam grandes dificuldades para a manutenção e alargamento da área florestal.

Por fôrça do disposto no decreto-lei n.º 29:904, de 7 de Setembro de 1939, manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, o seguinte:

1.º Só é permitida a colheita de pinhas verdes no período que decorre de 1 de Novembro de cada ano a 30 de Abril do ano seguinte.

2.º Fora dêste período só é permitida a circulação de pinhas verdes provenientes de árvores derrubadas.

3.º A partir de 1 de Janeiro de 1945 é proibido vender penisco (semente de pinheiro bravo) sem asa e seco no forno.

4.º As infracções ao disposto nos n.ºs 1.º, 2.º e 3.º são consideradas delitos florestais e punidas com a apreensão da semente ou das pinhas que tiverem motivado a transgressão, além da multa de \$20 por cada pinha ou de 10\$ por quilograma de penisco.

5.º Os agentes de fiscalização que tiverem conhecimento directo ou indirecto de qualquer infracção darão immediato e detalhado conhecimento da mesma à Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas e procederão à apreensão da semente ou das pinhas.

6.º A Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, sempre que verifique haver infracção, tomará posse da semente ou das pinhas apreendidas e mandará organizar o processo de transgressão e aplicar as respectivas multas.

7.º As multas provenientes da aplicação desta portaria constituem receita do Estado.

Ministério da Economia, 17 de Novembro de 1944. — O Ministro da Economia, *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.

Direcção Geral dos Serviços Agrícolas

Repartição de Serviços Fitopatológicos

Portaria n.º 10:773

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, sob proposta da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, que, nos termos do artigo 2.º do decreto n.º 28:611, de 22 de Abril de 1938, seja tornado obrigatório o combate às cochonilhas que atacam as fruteiras no concelho de Alcobaça.

Ministério da Economia, 17 de Novembro de 1944. — Pelo Ministro da Economia, *Albano da Câmara Pimentel Homem de Melo*, Sub-Secretário de Estado da Agricultura.